



CONJUNTURA REPUBLICANA

ATUALIZE-SE
EM POUCOS
MINUTOS

TEMPERATURA DO CONGRESSO

HUGO MOTTA ENVIA PEC 6X1 À CCJ E AMPLIA DEBATE SOBRE JORNADA DE TRABALHO

P.3

Imagem gerada por Inteligência Artificial

AGENDA DO PLANALTO
GOVERNO APOSTA
EM PROTAGONISMO
INTERNACIONAL NO INÍCIO
DO ANO ELEITORAL P.6

ELEIÇÕES 2026
JUSTIÇA ELEITORAL
PROMOVE DEBATE
SOBRE REGRAS DO
PRÓXIMO PLEITO P.9

ACONTECEU NA FRB
FRB LEVA A EXPERIÊNCIA
BRASILEIRA AO UNITED
FREEDOM FORUM
2026 P.12

VISÃO DO ESPECIALISTA
O SILÊNCIO QUE
PROTEGE O CRIME E
CONDENA A VÍTIMA P.16



2025 – Fundação Republicana

Brasileira (FRB) ©

Direitos reservados em conformidade
com a Lei nº 9.610/1998

PRESIDÊNCIA FRB:

Renata Sene (2025-2027)

GERÊNCIA FRB:

Gabrielle Assumpção

COORDENAÇÃO ASSESSORIA

DE COMUNICAÇÃO FRB:

Denise Matos



COORDENAÇÃO NÚCLEO DE

ESTUDOS E PESQUISAS (NEP):

Fábio Vidal

**CON
JUN
TURA**
ATUALIZE-SE
EM POUCOS
MINUTOS
REPUBLICANA

FICHA TÉCNICA | EDITORIAL

TEXTO:

Fábio Vidal – NEP/FRB

Pedro Mendes - NEP/FRB

Kamilla Dias – NEP/FRB

PROJETO GRÁFICO:

Igor Bessa

DIAGRAMAÇÃO:

Samuel de Paula – Ascom/FRB

REVISÃO/EDIÇÃO:

Tamires Lopes – Ascom/FRB

APOIO DE JORNALISMO:

Mazé Rodrigues – Ascom/FRB

MTB: 0014348/DF

FOTO ARQUIVO:

Carlos Gonzaga – Ascom/FRB



*Aprenda como o jogo
funciona **de verdade***

ASSESSORIA PARLAMENTAR E RIG

curso rápido
& gratuito

Inscreva-se agora

HUGO MOTTA ENVIA PEC 6X1 À CCJ E AMPLIA DEBATE SOBRE JORNADA DE TRABALHO

Na última segunda-feira (9), o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos/PB), encaminhou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a proposta que trata da redução da jornada de trabalho, conhecida como PEC 6x1

A proposta, que reúne iniciativas apresentadas por parlamentares do PSOL (PEC 8/2025) e do PT (PEC 221/2019), prevê o fim da escala de seis dias consecutivos de trabalho para um de descanso, estabelecendo jornada semanal reduzida, sem diminuição salarial.

Caso seja aprovada na CCJ, o texto seguirá para comissão especial e, posteriormente, ao plenário, com expectativa de votação ainda no primeiro semestre de 2026.



Carlos Moura/Agência Senado

O formato da proposta tornou-se ponto de divergência entre Executivo e Legislativo. O governo defende que a mudança poderia ser implementada por meio de projeto de lei, com tramitação mais célere, em um contexto no qual sua eventual aprovação poderia ser utilizada como ativo político na campanha presidencial.

Já Motta e os autores defendem a articulação via PEC, instrumento de maior complexidade procedimental, que amplia o protagonismo do Congresso na condução do debate.

Dessa forma, o protagonismo da pauta está diretamente vinculado ao seu desfecho. Se aprovada, poderá gerar ganhos políticos distribuídos entre os atores envolvidos, se rejeitada, poderá alimentar a narrativa governista de que o Congresso bloqueia medidas favoráveis aos trabalhadores.

Ao mesmo tempo, deputados articulam a inclusão de uma nova desoneração da folha de pagamento no texto. Parte do setor produtivo avalia como provável a aprovação da medida e defende que eventual compensação tributária poderia evitar o repasse de custos ao consumidor. O Executivo, contudo, não demonstra disposição em ampliar esse tipo de benefício no contexto da PEC.

Nesse contexto, há movimentações para aproximação entre Motta e o governo, em um possível rearranjo de alianças que também dialoga com a perspectiva de recondução de Motta à presidência da Câmara, após abalos na relação institucional em 2025.

GOVERNO APOSTA EM PROTAGONISMO INTERNACIONAL NO INÍCIO DO ANO ELEITORAL

Na abertura do ano eleitoral, o Palácio do Planalto intensifica a agenda internacional do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como parte de uma estratégia que articula diplomacia política e expansão comercial

O movimento busca consolidar o reposicionamento do Brasil no cenário global, combinando defesa institucional, ampliação de mercados e fortalecimento de parcerias estratégicas, especialmente no eixo Europa–Ásia.

Nos Estados Unidos, o encontro com o presidente Donald Trump é tratado com cautela estratégica. Apesar de declarações públicas indicando boa interlocução, o Planalto se prepara para eventuais tensionamentos relacionados à democracia e às



Luiza Novaes/MRE

instituições brasileiras. A diretriz é preservar o caráter pragmático da relação bilateral, mantendo o foco em interesses econômicos e políticos convergentes, evitando que ruídos retóricos contaminem a agenda.

Essa mesma lógica orienta a passagem pela Ásia, que contará com comitiva empresarial e protagonismo do agronegócio. Na Coreia do Sul, o governo buscará avançar na abertura do mercado para a carne bovina brasileira. Na Índia, a expectativa é ampliar o acesso para grãos, aves e outros produtos, reforçando a diversificação de destinos de exportação e reduzindo a dependência de mercados tradicionais.

No eixo Europa–América do Sul, o acordo entre União Europeia e Mercosul representa a vertente institucional dessa estratégia de inserção internacional. A proposta está em análise no Parlamento do Mercosul (Parlasul) e, segundo o relator Arlindo Chinaglia, pode ser votada no Plenário da Câmara dos Deputados após o carnaval. O avanço do acordo é tratado como passo relevante para consolidar compromissos comerciais de longo prazo, ampliar o acesso a mercados europeus e reforçar a previsibilidade das relações econômicas do Brasil.

Assim, ainda que compostas por agendas distintas, as iniciativas convergem para uma estratégia única: fortalecer a posição internacional do Brasil, ampliar mercados e reafirmar a centralidade do país no debate democrático e econômico global em um contexto doméstico marcado pela antecipação do calendário eleitoral.



Gage Skidmore

JUSTIÇA ELEITORAL PROMOVE DEBATE SOBRE REGRAS DO PRÓXIMO PLEITO

A Justiça Eleitoral antecipou o debate sobre as regras e procedimentos das Eleições Gerais de 2026 ao promover um ciclo de audiências públicas para discutir as minutas das resoluções que orientarão o pleito

A iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) busca reforçar segurança institucional, transparência e previsibilidade normativa, com a participação de partidos, especialistas e representantes da sociedade civil.

A presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, destacou que a escuta pública amplia a transparência e fortalece a confiança no processo eleitoral. As propostas abrangem registro de candidaturas, propaganda, pesquisas, financiamento de campanha e sistemas eleitorais.

Encerrada a fase de contribuições, o material será sistematizado e encaminhado ao relator, ministro Nunes Marques, responsável por apresentar voto ao Plenário, com expectativa de aprovação das resoluções nos próximos meses.



FRB LEVA A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA AO UNITED FREEDOM FORUM 2026

Roma/IT — Nos dias 6 e 7 de fevereiro, Roma foi palco de um dos mais relevantes encontros internacionais sobre democracia, liberdade e cooperação entre nações: o *United Freedom Forum 2026 (UFF)*. Representantes do Brasil e da Europa debateram caminhos para democracias mais sólidas, políticas públicas mais eficientes e instituições conectadas às reais necessidades da sociedade.

A Fundação Republicana Brasileira (FRB) participou ativamente dos dois dias de programação, levando sua experiência em formação política, qualificação de gestores, produção de conhecimento e fortalecimento institucional.

Para a presidente da FRB, Renata Sene, o fórum reforça uma convicção central da Fundação: política pública precisa considerar a realidade de cada território. “Política pública não pode ser genérica. Não é qualquer projeto que serve para qualquer cidade”, destacou, ao lembrar sua experiência em Francisco Morato (SP). Em painel sobre liderança feminina, enfatizou que a presença das mulheres deve avançar para espaços de decisão: “Governar é construir pontes e fazer com que elas cheguem a quem mais precisa”.

Durante o evento, a FRB apresentou suas estratégias de atuação junto a parlamentares e lideranças, dialogando sobre governança e experiências europeias. “Estar atenta às mesas globais é fundamental para que nossos municípios sejam mais eficientes. Do local para o global: esse é o nosso compromisso”, afirmou Renata.

A Faculdade Republicana também teve participação de destaque. O diretor-geral, Valdir Pucci, ressaltou que “conhecimento é poder: Poder para sustentar a democracia e fortalecer a participação”. Segundo ele,



a presença internacional amplia a missão acadêmica da instituição e conecta os alunos brasileiros às experiências globais.

No Painel de Boas Práticas na Gestão Pública, o professor Fábio Vidal, coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas (NEP), destacou a importância da troca de experiências para fortalecer o Centro de Inovação Municipal (CIM) e qualificar políticas públicas locais.

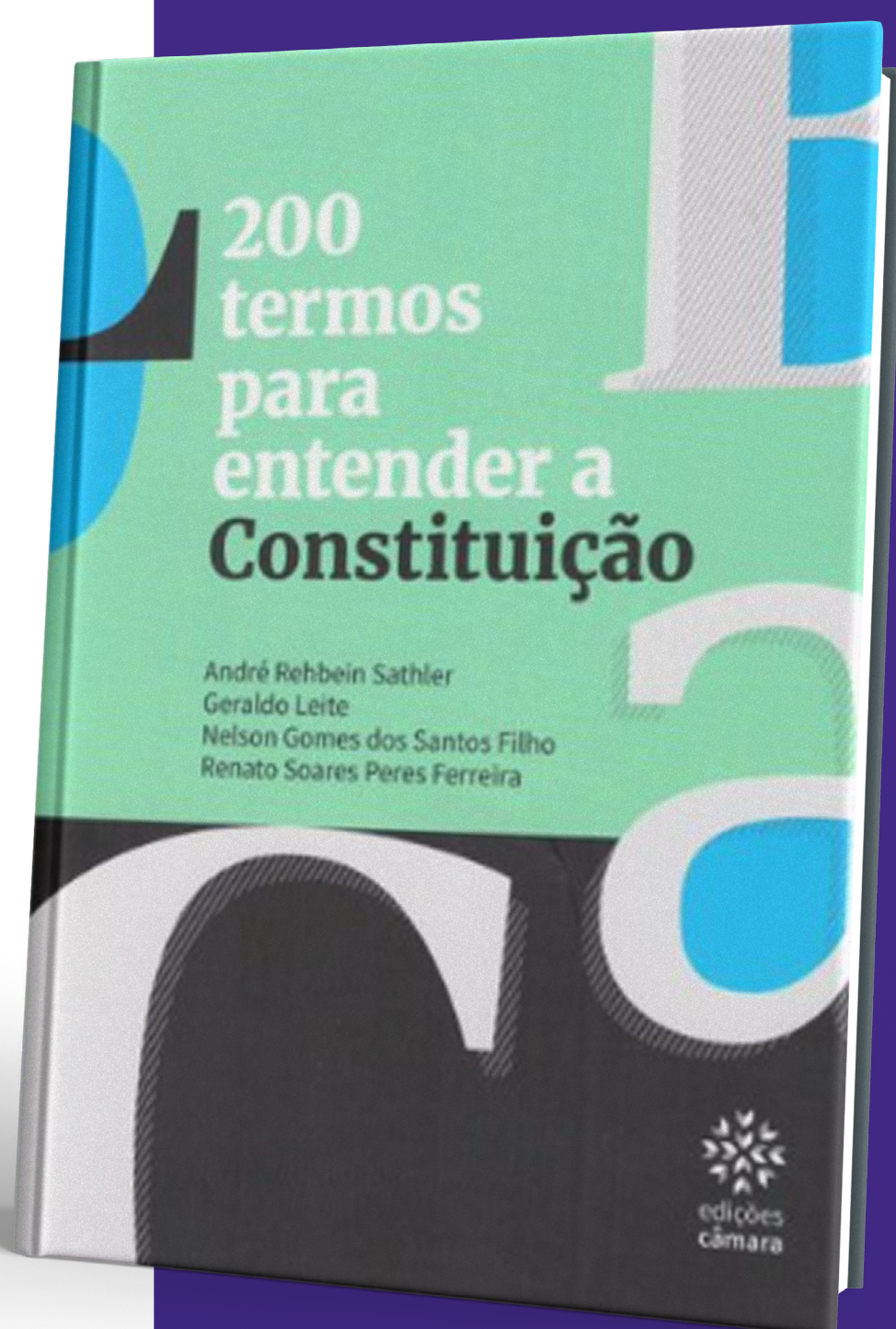
Já o líder do Conselho Curador da FRB, Wallacy Rocha, enfatizou o papel das fundações partidárias na formação política. “A democracia não se resume às eleições. Sem formação, o debate empobrece e se radicaliza”.

Ao longo dos dois dias, o UFF promoveu debates sobre comunicação política, juventude, liderança feminina, reunindo nomes como Eva Dohalova, Maicol Pizzicotti Busilacchi, Nora Junco García e parlamentares brasileiros.

Mais do que presença internacional, a FRB reafirma seu propósito: formar cidadãos, qualificar lideranças e fortalecer instituições conectando o conhecimento global à realidade dos municípios brasileiros.

Por: Mazé Rodrigues – Ascom FRB

Fotos: Equipe do evento



FRB INDICA

O livro *200 Termos para Entender a Constituição Federal* reúne, em ordem alfabética, os principais conceitos da Carta Magna, explicados de forma clara por especialistas.

A obra facilita a consulta e o estudo de temas constitucionais, sendo indicada para todos que desejam compreender os fundamentos da ordem constitucional brasileira de maneira acessível.

O SILÊNCIO QUE PROTEGE O CRIME E CONDENA A VÍTIMA

Redes de exploração de menores não surgem no vazio. Elas prosperam quando o crime consegue se esconder entre silêncio familiar, baixa capacidade institucional de detectar sinais e descontinuidade de políticas públicas

O caso do piloto Sergio Antonio Lopes, preso em São Paulo (SP) sob suspeita de chefiar uma rede de abuso sexual infantil, lembra que a violência pode se prolongar quando prevenção e denúncia não funcionam (AGÊNCIA BRASIL, 2026).

Foto: Arquivo FRB



FÁBIO VIDAL

Graduado em Ciência Política pelo Instituto de Ciência Política da UnB (IPOL/UnB) e mestre em Sociologia pela UnB (SOL/UnB). Atua como professor e coordenador acadêmico da Faculdade Republicana. Também é coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas (NEP) e do Centro de Inovação Municipal (CIM) da Fundação Republicana Brasileira (FRB).

O caso Jeffrey Epstein expôs uma engrenagem parecida: recrutamento, facilitação por terceiros e uso de status social para reduzir suspeitas. O caso evidencia como redes de exploração podem se sustentar por meio de poder, intermediação e demora institucional (UNITED STATES, 2019a; UNITED STATES, 2019b).

No Brasil, o debate precisa sair do tabu e entrar no campo da proteção. Em 2023, foram registradas 83.988 vítimas de estupro e estupro de vulnerável (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2024). Por muito tempo, ensinamos crianças a temer “estranhos”, mas os dados mostram outra realidade. Entre vítimas menores de 14 anos, 63,3% dos autores são familiares e 65,1% dos crimes ocorreram dentro de casa, em 2023 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2024).

A dimensão do problema também aparece na saúde pública. Entre 2015 e 2021, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) registrou 202.948 notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes, e 2021 foi o maior número da série analisada (BRASIL, 2024). Já o Disque 100 registrou 657,2 mil denúncias de violações de direitos humanos em 2024, indicando pressão por acolhimento e encaminhamento, embora denúncia não seja sinônimo de crime comprovado (BRASIL, 2025).

É aqui que entram as políticas públicas. Começa na prevenção, com educação para autoproteção, linguagem adequada e cultura de confiança dentro de casa. Passa por serviços preparados para acolher e encaminhar, sem revitimizar, como prevê a Lei 13.431/2017 (BRASIL, 2017). E termina com investigação eficiente, responsabilização e proteção social. Vulnerabilidade e ausência de Estado também alimentam redes criminosas.

A política é caminho porque transforma indignação em rede de proteção: orçamento, integração de bases, equipes treinadas e avaliação de resultados. Abuso e exploração são uma realidade social, e o silêncio só favorece o agressor.

As opiniões expressas neste texto são de responsabilidade exclusiva do autor e não refletem, necessariamente, a posição institucional da Fundação Republicana Brasileira (FRB).

AGÊNCIA BRASIL. Latam demite piloto acusado de chefiar rede de abuso sexual infantil. 11 fev. 2026. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2026-02/latam-demite-piloto-acusado-de-chefiar-rede-de-abuso-sexual-infantil>. Acesso em: 12 fev. 2026.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm. Acesso em: 12 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Boletim Epidemiológico: Violência sexual contra crianças (0 a 9 anos) e adolescentes (10 a 19 anos) notificada no Sinan, Brasil, 2015-2021. Boletim Epidemiológico, v. 54, n. 8, 29 fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-08>. Acesso em: 12 fev. 2026.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Com crescimento de 22,6%, Disque 100 registra 657,2 mil denúncias em 2024. 6 jan. 2025. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202501/com-crescimento-de-226-disque-100-registra-657-2-mil-denuncias-em-2024>. Acesso em: 12 fev. 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <https://www.sas.sc.gov.br/images/Anu%C3%A1rio%20Brasileiro%20de%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%BAblica%202024-compactado.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2026.

UNITED STATES. Department of Justice. U.S. Attorney's Office, Southern District of New York. United States v. Jeffrey Epstein, 19 Cr. 490 (RMB). 2019. Disponível em: <https://www.justice.gov/usao-sdny/programs/victim-witness-services/united-states-v-jeffrey-epstein-19-cr-490-rmb>. Acesso em: 12 fev. 2026.

UNITED STATES. United States District Court, Southern District of New York. Indictment: United States of America v. Jeffrey Epstein (19 Cr. 490). 2019. Disponível em: <https://www.justice.gov/usao-sdny/press-release/file/1180481/dl>. Acesso em: 12 fev. 2026



AJUDANDO A FORMAR CIDADÃOS

CONTATO@FUNDACAOREPUBLICANA.ORG.BR

SIGA A FUNDAÇÃO REPUBLICANA
BRASILEIRA NAS REDES SOCIAIS



WWW.FUNDACAOREPUBLICANA.ORG.BR